

revista

Geo 
USP
 espaço e tempo

Volume 21 • nº 2 (2017)

ISSN 2179-0892

Editorial

Dossiê Geografia e Finanças

O estudo da relação entre o espaço geográfico e as finanças vem de longa data. Desde os trabalhos de Fernand Braudel sobre o mar Mediterrâneo (1949), é possível dizer que a expansão do capitalismo europeu em direção ao Novo Mundo se deu com robustos financiamentos de bancos genoveses e venezianos. Como mostrou também um dos fundadores da geografia política moderna, Sebastien Le Preste Vauban, a formação dos primeiros Estados territoriais na Europa, ainda no século XVIII, coordenou a cobrança de impostos e as finanças públicas com o equipamento dos territórios e a formação das primeiras fronteiras políticas como nós as conhecemos hoje. David Harvey (1982), por sua vez, qualifica essa expansão dos investimentos do centro do sistema-mundo em direção aos países periféricos como “ajustes espaciais” (*spatial fix*), e Giovanni Arrighi (1994) mostra que, a cada ciclo de acumulação sistêmico do capitalismo (como foram os ciclos genovês, holandês, britânico e estadunidense), corresponde um rearranjo na hierarquia urbana mundial. François Chesnais (1996) aponta que a esfera financeira comanda cada vez mais a repartição e a destinação social da riqueza gerada na esfera da produção. Milton Santos (1996) explica como, nas últimas décadas, o sistema financeiro conhece uma grande mudança, graças a novas condições técnicas e políticas que oferecem novos suportes à circulação do dinheiro.

Vivemos num mundo em que as taxas de juros, a inflação, o endividamento, as bolsas de valores, os títulos e o crédito – entre outros fatores – ganharam uma autonomia relativa ainda maior, em detrimento de todas as outras formas econômicas (comerciais, industriais ou produtivas) e em detrimento também da possibilidade de se consolidar uma vida digna para a maior parte da população. Em função do enorme poder dos agentes financeiros globais, é possível dizer, junto com Milton Santos (1999), que o período atual se sustenta principalmente sobre duas tiranias: a da informação e a do dinheiro.

A primazia contemporânea dos agentes financeiros tem relação direta com suas novas estratégias territoriais, suas localizações e seu uso de sistemas técnicos cada vez mais efi-

cientos. As novas tecnologias da informação e o processo de desregulamentação dos mercados financeiros ocorridos na década de 1970 convergiram para alterar substancialmente o modus operandi desses agentes, concedendo-lhes maior autonomia de ação.

O dossiê Geografia e Finanças deste número da revista *GEOUSP* está organizado para debater esses temas e apresenta alguns dos resultados do Seminário Internacional Geografia e Finanças, realizado no Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo entre os dias 6 a 8 de abril de 2016. Os artigos apresentados aqui são de expositores das sessões do referido Seminário e procuram trazer aportes e interpretações para o entendimento do fenômeno financeiro sob uma abordagem geográfica.

O artigo de Lia Osório Machado analisa o surgimento dos centros financeiros *off-shore* a partir do conceito de extra territorialidade e da influência desses centros na vida financeira das grandes corporações capitalistas. Em seu argumento, a autora mostra que essa situação de enclave ou de formação de “ilhas” – mesmo dentro das grandes economias territoriais – nas quais funcionam os centros *off-shore* permite que se realizem operações financeiras gigantescas tornando-as legais do ponto de vista jurídico (ainda que sejam ilegítimas, por toda a sonegação e evasão fiscal que ensejam).

O texto de Dariusz Wójcik mostra a ascensão da chamada “indústria da securitização”, com destaque para seus dois principais polos: EUA e Grã-Bretanha. Essa ascensão se deve fundamentalmente à desregulamentação dos mercados financeiros ocorrida no início da década de 1970, que, por sua vez, deu origem a um enorme mercado para novos títulos e valores que passam a ser largamente comercializados, gerando um processo de “desintermediação financeira”. O texto mostra ainda que os bancos de investimento são os grandes pilares da indústria da securitização, pois eles tanto criam quanto vendem esses produtos financeiros típicos do capitalismo contemporâneo.

María Laura Silveira propõe uma análise do fenômeno das finanças a partir de sua existência concreta nos lugares. É justamente em função da difusão da lógica das finanças – principalmente pelo endividamento das classes de mais baixa renda – que o cotidiano das populações urbanas ganha novos

revista

Geo 
USP
espaço e tempo

Volume 21 • nº 2 (2017)

ISSN 2179-0892

significados, e sua temporalidade passa a ser diretamente influenciada pela temporalidade das variáveis financeiras. Essas contradições só podem ser resolvidas entendendo-se o cotidiano na perspectiva da cidadania, que é muito mais ampla do que a do consumo e que permite uma maior autonomização dos indivíduos em relação aos processos que os condicionam (incluindo aí os processos financeiros).

Leila Dias resgata os principais estudos sobre o tema das finanças no Brasil e mostra como mudaram as condições institucionais do sistema financeiro nacional a partir da Constituição de 1988 e do Plano Real (1994). Sua preocupação central, porém, é analisar a reorganização espacial das redes dos grandes bancos privados presentes no país, com destaque para a importância dos correspondentes bancários nessa reorganização. Os correspondentes são considerados objetos híbridos, que combinam serviço, tecnologia de comunicação e produto e se constituem em elemento estratégico dos bancos comerciais no Brasil para difundir seus produtos e serviços.

Barney Warf mostra em seu artigo como surgiu o chamado “dinheiro digital” e qual o papel das infraestruturas de transmissão de dados (principalmente as redes de fibra ótica) nesse processo de “digitalização do dinheiro”. Essas infraestruturas foram fundamentais por haver permitido a difusão dos sistemas eletrônicos de transferência de fundos (EFTS, na sigla em inglês), que alteraram a velocidade, as dimensões e a amplitude do sistema financeiro mundial. Essa facilitação do transporte da riqueza é mais um revés à soberania econômica dos países e também um instrumento poderoso para a especulação financeira em escala global.

O texto de Hindenburgo Pires apresenta algumas das principais características do funcionamento das chamadas *criptomoedas*, ou “moedas virtuais”. Surgida há cerca de dez anos, essa nova forma monetária não tem uma materialidade própria, sendo, portanto, totalmente dependente das tecnologias da informação. O artigo mostra com detalhes os elementos informacionais que permitem sua existência (a *internet*, as plataformas digitais, os algoritmos e a técnica do *blockchain*), analisando sobretudo a mais conhecida das criptomoedas, o *Bitcoin*.

Fernando Nogueira da Costa demonstra em seu texto que o espaço geográfico é fator decisivo para a dinâmica do crédito. Numa análise teórico-empírica, sustenta ainda que

revista

Geo 

USP

espaço e tempo

Volume 21 • nº 2 (2017)

ISSN 2179-0892

a macro-organização do sistema bancário brasileiro – assim como de seus fluxos de crédito – não segue o pressuposto da preferência da liquidez. Assim, o autor faz uma crítica à chamada “economia pós-keynesiana”, mostrando a importância da busca da rentabilidade e do direcionamento dos recursos – principalmente pelos bancos públicos brasileiros – como elementos que guiam a localização dos atores financeiros e determinam a direção dos fluxos dessa riqueza.

O texto de Tania Fresca faz uma análise da rede urbana do norte do estado do Paraná (Brasil) entre os anos de 1997 e 2016 procurando identificar como se financeirizou o espaço. O foco principal de seu estudo é a difusão do sistema bancário na região, operada pela difusão de agências, mas também por postos de atendimento e correspondentes bancários. Baseado em sólida pesquisa estatística e documentação cartográfica, o estudo mostra ainda o papel das cooperativas de crédito e dos novos instrumentos financeiros ligados ao agronegócio (certificados de depósitos, letras, títulos) na financeirização dessa porção do território brasileiro.

Este conjunto de artigos de importantes professores nacionais e internacionais certamente permitirá que a comunidade de estudiosos da financeirização tenha mais elementos para entender mais precisamente esse fenômeno. O recente avanço da financeirização da economia, da sociedade e do território coloca novos desafios para o pensamento crítico, e esperamos que este Dossiê da *GEOUSP* contribua para que surjam novas interpretações e, igualmente, componham um quadro de referência sólido para o debate acadêmico e a intervenção na realidade concreta contemporânea.

Mónica Arroyo e Fabio Contel

revista

Geo 

USP

espaço e tempo

Volume 21 • nº 2 (2017)

ISSN 2179-0892